

# CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

---

## A DUALIDADE DA CIVILIZAÇÃO IBÉRICA. (A propósito de um ensaio de Robert Ricard) (\*).

---

JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO  
do "Centre National de la Recherche Scientifique"  
— Paris.

Saiu em Lisboa, há cerca de oito anos, um livro, da autoria do Comandante J. Moreira de Campos, com um título palpitante: *Resumo de Portugal*. Este título desdobra-se em tres subtítulos não menos palpitantes: *Resumo à Espanha?*, *Resumo à Europa?*, *Resumo ao Brasil?* O conteúdo do livro está muito longe de corresponder ao interesse do título, e também dos subtítulos. Mas tanto um como outros levantam problemas que forçosamente interessam, podemos dizer mesmo que vitalmente, a todo o Portugues dos anos 60-70.

Não pretendemos neste breve artigo abordar todos os problemas que esse título, e esses subtítulos sugerem. Vamos limitar-nos ao primeiro deles: *Portugal rumo à Espanha?* E mesmo relativamente a esta primeira alínea, limitemo-nos, em jeito de ensaio, a algumas considerações que estão bem longe de esgotar o assunto. Elas representarão apenas uma modestíssima achega para que a discussão do problema se aprofunde, de molde a podermos chegar, um dia, a conclusões bem melhor fundamentadas.

A abordagem de semelhante questão tem tanto maior atualidade, quanto ainda há cerca de dez anos o almirante Sarmiento Rodrigues, ex-ministro do Ultramar, dizia, em discurso proferido numa ses-

---

(\*). — Em 1965, publicámos no Rio de Janeiro, na revista *Comentário*, um artigo que intitulamos *Portugal e a União Ibérica*. O texto que se segue é, salvo pequenas supressões e alguns acrescentos, sensivelmente o mesmo. Como pode ver-se pelas notas (apesar de outras ajudas, especialmente as de Sérgio Buarque de Holanda e Augusto Querido), a arquitetura da nossa exposição deve quase tudo a Robert Ricard, e ao seu notavel artigo sobre "La dualité de la Civilisation Hispanique et l'histoire religieuse du Portugal", in *Revue Historique*, Tomo CCXVI, Paris, julho-stembro de 1956 (reedição in Robert Ricard, *Études sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1970, pp. 13-31).

são comemorativa do dia 5 de outubro de 1910, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, que a luta em Angola e nos restantes territórios do Ultramar era decisiva para o futuro da independência de Portugal. A perda de Angola e Moçambique levar-nos-ia a um novo 1580.

Tambem pela mesma época, em artigo no *Diário de Lisboa*, e mais recentemente em livro publicado e intitulado *A Pátria em Perigo*, o engenheiro Cunha Leal profetizava o mesmo destino para Portugal no caso do problema ultramarino não vir a ter uma resolução dita satisfatória.

Está assim posto o problema: Portugal sobreviveria como país independente à perda das chamadas Províncias Ultramarinas? Ou essa perda acarretaria a sua integração como província numa Espanha unificada que então se identificaria com toda a Península Ibérica?

A resposta a estas perguntas pressupõe, para que seja num mínimo fundamentada, uma análise histórica da Península Ibérica naquilo que diz respeito às relações entre Portugal e o resto da Península.

Não sofre a mínima dúvida que um estrangeiro é levado, perante uma carta da Península Ibérica, a não perceber que esta Península, tão geograficamente, comporte a existência de dois países independentes (1). Assim se explica que ainda há uma duzia de anos, e por mais de uma vez, numa estação de Correios e Telégrafos, em Paris, a funcionária, ao ver um telegrama por mim expedido para Lisboa, me tenha interpelado: "Espagne, n'est-se. pas?". (Estes incidentes geográfico-políticos deixaram de se produzir de há uma dezena de anos para cá — vários acontecimentos, entre eles a emigração, contribuíram para avivar a geografia política dos franceses, acusados tradicionalmente de não saberem geografia, se bem que — paradoxo supremo — criadores das melhores escolas de geógrafos que jamais o mundo conheceu).

Mas, como todos nós sabemos, Portugal é independente politicamente desde meados do século XII. E por sua vez, desde meados do século XIII (1250), após a reconquista do Algarve, que Portugal está, mais ou menos, definitivamente constituído (2). Outro tanto não poderemos dizer da Espanha: aquilo a que nós hoje chamamos Espanha foi durante séculos uma pluralidade de reinos — o reino de Castela, o reino de Aragão, o reino de Navarra, o reino muçulmano de Granada. Portugal era então o quinto reino da Península Ibérica (3).

---

(1). — Robert Ricard, artigo citado da *Revue Historique*, p. 1.

(2). — *Ibidem*.

A vontade de independência política de Portugal (chamemos-lhe assim por comodidade) é evidente durante toda a Idade Média, e a esta vontade de independência não é estranho o Tratado de Amizade e Aliança com a Inglaterra, feito em março de 1374, tratado que visava a manter Portugal independente defendendo-o daquilo a que poderemos chamar, em linguagem um tanto anacrônica mas cômoda, o “imperialismo castelhano”. (Não nos esqueçamos que também à Inglaterra não era indiferente a existência de uma Península Ibérica unificada ou não). A revolução do Mestre de Aviz em 1383, e a batalha de Aljubarrota, em 1385, são as afirmações mais gritantes desta vontade de independência de Portugal. A independência política de Portugal coincidia nessa época com os interesses da burguesia comercial-marítima que representava então os interesses nacionais. Uma revolução social que foi ao mesmo tempo uma revolução nacional (4).

Mais tarde, em 1474, a unificação da Espanha com os Reis Católicos, Fernando e Isabel, coloca Portugal em situação mais vulnerável. Portugal perde a sua situação relativamente forte, perante uma pluralidade de reinos peninsulares. Portugal deixa de ser o quinto reino da Península Ibérica (5).

Mas a individualização de Portugal no quadro peninsular não era apenas marcada pela independência política. Portugal conserva a sua língua, o galaico-português, ficando à margem das inovações linguísticas do castelhano. Outras reações deste gênero se deram na Península Ibérica com o catalão e o valenciano, mas com a diferença que a língua portuguesa era a expressão de uma nacionalidade independente (6).

A situação linguística concorda pois com a situação política. Mas nos domínios da cultura *tem-se dito* existir uma nota discordante: até ao século XVI, inclusive, existiria apenas uma cultura peninsular, que se exprimiria por meio de duas línguas (7). O galaico-português

(3). — *Ibidem*, pp. 4-5.

(4). — Ver sobre este assunto: Antônio Sérgio, *Prefácio à “Crônica de D. João I”*, Porto, 1945, ou: “Sobre a Revolução de 1383-1385”, in *Ensaio*, Tomo VI, *Obras Completas, Clássicos Sá da Costa*, Lisboa, 1971; Jaime Cortesão, “Os Factores Democráticos na Formação de Portugal, in *História do Regime Republicano em Portugal*, 1930, Volume I, pp. 11-96, ou: in *Obras Completas*, Lisboa, Volume I, 1964; Joel Serrão, *O Carater Social da Revolução de 1383*, Cadernos “Seara Nova”, Lisboa, 1946; [Álvaro Cunhal], *Les luttes de classes au Portugal à la fin du Moyen-Âge*, Centre d’Études et de Recherches Marxistes, Paris, 1967 (do mesmo autor, ver in *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, Cahier 37, “Féodalisme”, 1963); Antônio Borges Coelho, *A Revolução de 1383*, Lisboa, 1965.

(5). — Robert Ricard, artigo citado, p. 2.

(6). — *Ibidem*.

(7). — É a opinião, entre outros, de Robert Ricard no artigo citado.

foi a língua do lirismo. Os castelhanos, como no exemplo do rei Afonso o Sábio, empregavam-no nas suas poesias. Por sua vez, a partir do século XV, o bilinguismo dominou os meios cultivados de Portugal. O castelhano foi a língua da corte. Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, escreveram uma parte das suas obras em castelhano. Portugal insurgia-se violentamente contra o domínio político da Espanha, mas aceitava, sem repugnância, as trocas intelectuais (8)... Admitimo-lo por um momento...

Mas se saltarmos para os séculos XVIII ou XIX, verificamos, sem sombra de dúvida, que já não existe uma cultura peninsular, como se tem dito ter existido na Idade Média, e nos séculos XV e XVI.

Quando se teria dado esta ruptura? Indiscutivelmente em 1640. A união dinástica de 1580, em vez de construir a união política que não existia, acabou por consumir não só a separação política, mas também a ruptura intelectual e espiritual. Portugal volta as costas à cultura espanhola, e passa desde então a dar preferência à cultura francesa, preferência que se mantém até aos nossos dias (9).

Portugal volta-se a partir de 1640 para a França, mas não para qualquer França. Volta-se para uma das duas tradições francesas. Não se volta para a cultura religiosa da França. O que Portugal foi procurar, beber, na França, não foi o catolicismo autoritário de Bossuet, nem mesmo o catolicismo democrático de Lacordaire, ou o semi-jansenismo de Pascal, mas sim as idéias de Montesquieu, de Voltaire, de Rousseau, de Diderot, o romantismo anticlerical de Michelet, de Edgar Quinet, de Victor Hugo, o socialismo de Fourier e sobretudo de Proudhon. Foi finalmente a doutrina de laicização do Estado tal como ela prevaleceu em França no começo do século XX (10).

Recordemos alguns exemplos que nos parecem suficientemente representativos: a brilhante plêiade de escritores, historiadores, homens de pensamento do século XIX português, e entre eles os mais importantes, tais como Oliveira Martins, Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga. E sobretudo não esqueçamos o precursor de todos eles, e ao mesmo tempo o menos "estrangeirado", o mais "castiçamente português": Alexandre Herculano. Tomemo-lo como uma amostra bem representativa. E que vemos nós? Aquilo a que muito bem podemos chamar *um intelectual português de cultura européia, e sobretudo francesa*. Tanto no seu liberalismo anti-democrático, como no seu carisma anti-constitucionalista, como ainda no seu historicismo ou na

---

(8). — *Ibidem*, p. 5.

(9). — *Ibidem*, p. 4.

(10). — *Ibidem*, p. 15.

sua teoria da História, Alexandre Herculano foi um bem fiel discípulo dos historiadores e homens políticos do romantismo francês: estão na base das suas grandes idéias as obras de Guizot, Thierry, Tocqueville, Benjamin Constant e outros mais. Até o Kant de Alexandre Herculano foi o Kant das *Leçons sur la philosophie de Kant* de Victor Cousin (11). Se olharmos a geração de 70, o panorama não difere muito, apesar de certas afirmações e de certos indícios, mais aparentes do que reais. Oliveira Martins, Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, são tão subsidiários da cultura européia, e sobretudo francesa, quanto o fora Alexandre Herculano. O positivismo comtiano de Teófilo Braga, o proudhonismo dos restantes, e a filosofia hegeliana importada através da França, estão aí para o demonstrar (12). Em época mais recente, até o chamado *Integralismo Lusitano* pagou direitos de alfândega, como muito bem o mostra Raul Proença nas suas *Páginas de Política*. Mesmo a tradição da direita católica em Portugal não é estranha à influência de Maurras, Barrès, e da Action Française... A influência cultural da França em Portugal foi até ao ponto do hino nacional, *A Portuguesa*, vir a ser um mero decalque da *Marsehesa!*...

Se olharmos para a atualidade, basta que entremos numa das grandes livrarias de Lisboa, Porto ou Coimbra, para nos certificarmos que uma percentagem elevadíssima de livros expostos são livros franceses... ou traduções de livros franceses. Se dermos um salto a Madrid, pelo menos à Madrid de ainda há poucos anos, nada disto veremos. Vemos livros espanhóis... e traduções do alemão: a velha e bem conhecida *Coleção Labor* é disto um bom exemplo — uma elevadíssima percentagem de livros por ela publicados são traduções de originais alemães (13). Se recordamos os intelectuais espanhóis de mais nomeada do fim do século passado e do início do nosso século, vemos neles uma forte influência alemã. Os Ortega y Gasset, as *Revistas do Ocidente* nunca existiram, nem existem em Portugal.

Se passarmos agora à observação de um fenómeno de história profunda, um fenómeno de história lenta das civilizações, algo de importante encontraremos a marcar a dualidade de civilização na Península Ibérica.

---

(11). — Ver o nosso livro sobre *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1949 (2a. edição corrigida e aumentada, Coleção "Argumentos", Edições "Seara Nova", Lisboa, 1971).

(12). — Para o caso de Eça de Queirós, ver o excelente estudo de António Coimbra Martins: *Ensaio Queirosianos*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1967.

(13). — Entre as excepções lembramo-nos da pequena, mas sempre viva, *História de Portugal* de António Sérgio, e da *História da Revolução Francesa* de Albert Mathiez.

Não será certamente por acaso que a geografia religiosa de Portugal difere tão profundamente da geografia religiosa da Espanha.

Ao norte, entre o Porto e a fronteira da Galiza, encontramos uma região de prática geral e fervorosa, fecunda em vocações sacerdotais e religiosas, cujo coração é a cidade de Braga, chamada a Roma de Portugal. Existe ali um catolicismo popular, semelhante àquele que existe em Espanha, na Itália, ou na Irlanda. Ao sul do Porto, até ao Algarve inclusive, o conjunto do País parece tão descristianizado como a maior parte da França, com zonas particularmente atingidas como o patriarcado de Lisboa, e sobretudo a diocese de Beja no Alentejo (14). Existe até um ditado popular em que Beja nos aparece como a terra sem fé nem sé (15) . . . Estatísticas recentes, de entre os anos 50 e 60, dão-nos bem a medida da descristianização do Sul de Portugal, a partir da zona de Lisboa, passando pelo Alentejo, e chegando até ao Algarve. Para a diocese de Lisboa, abrangendo uma parte dos distritos de Santarem e de Setubal, a taxa de observância do *preceito dominical* era de . . . 17,2% em 1956, mais ou menos a mesma que a da cidade de Lisboa. Nas populações rurais da diocese a taxa de observância variava entre 38% no extremo norte, e 1,2% para os homens e 5,8% para as mulheres e crianças, numa paróquia das lezírias nas margens do Tejo. Em Faro, em 1953, a percentagem global de praticantes era de 15% para a cidade, e 8% para o conjunto da diocese. No município de Odemira, no Alentejo, 80% dos casamentos fazem-se à margem da Igreja (16). E, no entanto, se no Alentejo atravessarmos a fronteira com a Espanha, encontramos a Andaluzia com um catolicismo popular bem arreigado, ainda que muitos aspectos a identifiquem ao Alentejo, até mesmo o regime de propriedade, o latifúndio.

Vem de longe as razões profundas da força do catolicismo em Espanha e da sua fraqueza em Portugal. Uma circunstância, de resto bem conhecida, veio dar ao catolicismo espanhol um vigor particular, tornando-o menos vulnerável que o catolicismo português. Em Espanha a unidade nacional forjou-se ao longo da reconquista, na luta contra o Islão, e de maneira que *religião e nação se confundiram*. A noção de cristão identificou-se com a de espanhol, e inversamente, a noção de espanhol identificou-se com a de cristão. A noção de muçulmano, por sua vez, identificou-se com a de estrangeiro e invasor,

---

(14). — Robert Ricard, artigo citado, p. 12.

(15). — *Ibidem*, p. 17.

(16). — Augusto Querido, *Éléments pour une sociologie du conformisme catholique au Portugal*, in *Archives de Sociologie des Religions*, Ed. du C. N. R. S., nº 7, Paris, janeiro-junho de 1959.

mesmo quando o muçulmano era de origem hispânica. Em Portugal, nada de comparavel. A luta contra o Islão foi muito mais curta. A reconquista estava terminada em 1250, e não teve como em Espanha a mesma influência, não teve o mesmo papel na formação do país. Por outro lado, e aspecto muito importante, a formação de Portugal não se forjou contra o Islão, mas contra Leão, e depois contra Castela, isto é, contra outros países cristãos. Não podia ter, portanto, um carater religioso, mas apenas um carater político. Houve assim em Portugal, como também em França, uma dissociação entre a idéa nacional e a idéa cristã, e é esta a razão por que o laicismo teve em França uma voga que nunca teve em Espanha, onde as suas vitórias foram sempre sucessos efêmeros, sem grande projeção no futuro (17).

Em tudo o que atrás dissemos parece-nos haver algo que não foi explicado. Foi apenas verificado. Portugal — tem-se dito — unido pela cultura à Espanha até 1580 dela se separa radicalmente em 1640, ligando-se culturalmente à França, — à França laica, à França das revoluções do século XIX: 1830, 1848, Comuna de Páris.

Verificar uma influência é certamente importante, porem mais importante ainda é saber porque se escolheu essa influência e não outra.

Portugal, aliado da Inglaterra desde a segunda metade do século XIV (1374), vira-se para a França, para a influência cultural franceza, a partir de meados do século XVII (1640). E por que não para a Inglaterra, não só mercê da aliança do século XIV, mas também dado que a tradição filosófica inglesa revela uma tendência empirista e pragmatista que tão bem se coadunaria com a tradição cultural portuguesa, bem patente nos séculos XV e XVI, na cultura ligada à Expansão?

E depois, como já dissemos, Portugal escolhe, entre as duas tradições francesas, a tradição laica, aquela que culminou nas revoluções do século XIX.

Finalmente, temos ainda a tão falada unidade cultural da Península Ibérica na Idade Média e nos séculos XV e XVI, que, logo no início deste artigo, pusemos em duvida. Terá ela existido, ou terá sido algo de mais aparente do que real? Não haverá sobre este assunto uma mera confusão entre *intercâmbio cultural* e *unidade cultural*?

Sempre em jeito de ensaio, vamos procurar esclarecer estas opções e esta dúvida.

---

(17). — Robert Ricard, artigo citado, pp. 13-14.

Desde muito cedo que todo um condicionalismo de estrutura e de conjuntura (18) leva os portugueses a lançarem-se numa série de empresas destinadas a revolucionar toda a história da Humanidade: os descobrimentos marítimos e a expansão dos séculos XV e XVI (19). Uma nova cultura surge, graças a esta extraordinária aventura humana. Uma nova cultura estreitamente ligada àquilo a que chamamos a *literatura portuguesa de viagens* e a *literatura científica* a esta estreitamente associada. Duarte Pacheco Pereira, o matemático Pedro Nunes, D. João de Castro, o naturalista Garcia de Orta, foram os autores mais importantes entre aqueles que ligaram a sua vida e a sua obra aos descobrimentos marítimos portugueses. Aquilo a que chamamos a literatura portuguesa de viagens, que se confunde com a literatura científica ligada aos descobrimentos, representa o que de mais original produziu até hoje a cultura portuguesa. Tanto no aspecto científico, como técnico, e até — porque não? — filosófico, nunca os portugueses atingiram um tal domínio deles próprios e da sua expressão cultural. Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia de Orta, são a mais alta expressão deste surto cultural e mental, são homens que estão na linha de evolução e de revolução de uma como que *pré-história do pensamento moderno* (20), na medida em que este tem como conceitos-base, como conceitos-chave: por um lado, a penetração do número, da medida precisa, da medida exata, na vida da sociedade, a quantificação da vida, em suma (21); por outro, o conceito de experiência, desde a experiência bruta, mera observação do

---

(18). — Ver, entre outros, Jaime Cortesão, obra citada; e também Vittorio Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, 1962.

(19). — O grande historiador que foi Georges Lefebvre declarava o óbvio quando dizia e escrevia: “De cette aventure élargie, multiséculaire, (à nos yeux), la Renaissance — quel a été en gros le fait essentiel? Bien sûr les grandes découvertes”. (*La naissance de l'historiographie moderne*, Nouvelle Bibliothèque Scientifique, dirigida por Fernand Braudel, Flammarion, Paris, 1971, p. 53).

(20). — Continuamos a falar de uma *pré-história*, e não de uma *história*, apesar do que acabamos de ler no estudo do nosso velho amigo e mestre Egídio Namorado (“Miscelânea”, in *Vértice*, nº 338, Coimbra, março de 1972, pp. 170-175). Voltaremos a este assunto em dia próximo.

(21). — Ver o nosso estudo: “Sur l'introduction et la diffusion des chiffres arabes au Portugal”, in *Bulletin des Études Portugaises*... Nova Série, Tomo XX, 1958; 2a. edição, em língua portuguesa, sob o título: “Para uma *pré-história da matematização do real* — Sobre a introdução e a difusão dos algarismos árabes em Portugal”, in *Comunicação e Linguagem*, Belo Horizonte — Rio de Janeiro, no prelo). — Ver o nosso estudo, em preparação: *A la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise — L'“Esmeralda” de situ orbis*” de Duarte Pacheco Pereira et la littérature portugaise de voyages à l'époque des grandes découvertes — Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne.

senso comum, experiência que não é mais do que observação, até à experiência que se prepara, a experiência que é uma questão posta à natureza, e posta numa linguagem geométrica e matemática (22), na feliz fórmula de Alexandre Koyré (23).

Julgamos ser possível surpreender por estas épocas uma tradição racionalista no pensamento português, a que poderemos chamar “*experientialismo*” do Renascimento, tradição esta que por meados do século XVI a decadência e a Inquisição haviam de fazer abortar (24). Portugal foi uma promessa não cumprida. . .

Este “*experientialismo*” do Renascimento que exclui o Humanismo (25), este praticismo do comerciante que exclui o planeamento do conquistador, distinguiram, parece-nos, já por estas épocas, a expansão portuguesa da expansão espanhola, e mais simplesmente o povo português da quase totalidade dos restantes povos ibéricos (26). A expansão do comerciante (27) foi algo de diferente da expansão do conquistador. O primeiro cria uma cultura experientialista; o segundo, uma cultura humanista. E será que esse racionalismo que classificamos experientialista, oriundo da *literatura portuguesa de viagens* e

---

(22). — Ver o nosso estudo, no prelo: “Pour une pré-histoire de l’“*expérience scientifique*”, de l’“*expérimentation*” — Sur la notion d’“*expérience*” au Portugal (1055-1580)”, in *Annales Économies-Sociétés-Civilisations*), Paris. — Ver também o nosso estudo, em preparação, acima indicado.

(23). — “L’apport scientifique de la Renaissance”, in *Revue de Synthèse*, Paris, janeiro-junho de 1950; ou, in *Études d’Histoire de la Pensée Scientifique*, P. U. F., Paris, 1966, pp. 38-47.

(24). — Ver, sobre a cultura portuguesa da época dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI, uma relação completa dos nossos trabalhos sobre o assunto, no estudo: “A Literatura Portuguesa de Viagens (Séculos XV, XVI e XVII)”, in *Revista de História*, nº 81, São Paulo, janeiro-março de 1970.

(25). — Ver o nosso livro sobre *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de situ orbis”*, São Paulo, 1968, especialmente a “Conclusão”, pp. 133-141. — Ver também o nosso estudo, em preparação, atrás citado.

(26). — Ver o luminoso ensaio de Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, 1936 (5a. edição, revista, Rio de Janeiro, 1970). É bem expressivo da tese defendida pelo Autor o seguinte passo: “Comparada à colonização espanhola, a obra dos Portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial — repetindo assim o exemplo da colonização da Antiguidade, sobretudo da fenícia e da grega; os Espanhóis, ao revés, querem fazer do país conquistado um prolongamento orgânico do seu” (p. 67). É ainda Sérgio Buarque de Holanda que nesta mesma obra, ao falar das características da colonização portuguesa, lhe atribui uma “fisionomia mercantil, quase semita. . .” (p. 79).

(27). — Lembramos a bem significativa frase do *Diário da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia*, escrito por Álvaro Velho, o Álvaro Velho do Barreiro de que nos fala Valentim Fernandes numa das suas descrições: “. . . e perguntaram-lhe que vínhamos buscar tão longe e ele respondeu: *vimos buscar cristãos e especiaria*”. (Sublinhados nossos).

da *literatura científica* a ela associada, tem alguma responsabilidade na escolha da influência do racionalismo francês? Quer-nos parecer que sim, tendo nós ainda em conta o fato da Restauração (1640) quase coincidir com o momento em que na Europa a preponderância passa da Espanha para a França. Com o reinado de Luís XIV, a partir de 1660, esta preponderância afirma-se, e nos domínios da cultura conservar-se-á até aos nossos dias (28). Portugal ao escolher o racionalismo francês, em prejuízo do empirismo inglês, não fez mais do que seguir um movimento, uma tendência, bem generalizada.

No que se refere à tão falada unidade cultural da Península Ibérica na Idade Média e nos séculos XV e XVI, limitemo-nos a perguntar: não estará ela desmentida pelas características bem diversas da expansão portuguesa e da expansão espanhola? Não estará ela não menos desmentida pelas características não menos bem diversa das culturas portuguesa e espanhola ligadas aos descobrimentos e à expansão? E, perguntamos ainda: se esta diversidade era tão patente nos séculos XV e XVI, não teria ela tido as suas raízes na Idade Média? Repetimos, para terminar: não confundamos *intercâmbio cultural* com *unidade cultural*. Lançando-se na aventura dos descobrimentos marítimos e da expansão, Portugal volta já nessa época, senão muito antes, as costas à Península Ibérica (29).

---

(28). — Robert Ricard, artigo citado, p. 14.

(29). — Este mesmo texto foi publicado em Lisboa pela revista *Seara Nova*, nº 1523, setembro de 1972. — Ele constitui a relação da Aula Inaugural do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, proferida em 5 de março de 1965.